

**10 - 12 | 2025**

O encorajamento do género: Uma nação empoderada pelas feministas Curdas

The encouragement of the kind: A nation empowered by Kurdish feminists

El encorajamiento del género: Una nación empoderada por las feministas Curdas

Elídio Sozinho Manuel¹

¹Doutorando em Relações Internacionais - Iscte-Lisboa e é ainda doutorando em Educação P'la Universidad Internacional Iberoamericana - Campeche, México; É mestre em Gestão e Administração Pública - Iscte-Lisboa; Chefe do Departamento de Apoio à Direcção no Instituto Superior Politécnico Alvorecer da Juventude-ISPAP; Licenciado em Ciências da Educação, Opção: História - Isced-Luanda; É mestre em História Moderna e Contemporânea, Especialização em Relações Internacionais - Iscte-Lisboa; Angola, ORCID: <https://orcid.org/0009-0004-0654-3396>, E-mail: elidiomanuel2030@gmail.com

Autor para correspondência: elidiomanuel2030@gmail.com

Data de receção: 25-06-2025

Data de aceitação: 01-07-2025

Data da publicação: 10-12-2025

Como citar este Artigo: Manuel, E. S. (2025). *O encorajamento do género: Uma nação empoderada pelas feministas Curdas*. ALBA – ISFIC Research and Science Journal, 1(10), pp. 100-113. <https://alba.ac.mz/index.php/alba/issue/view/13>

RESUMO

Neste artigo, pretende-se problematizar o elemento encorajamento do género: *Uma Nação empoderada pelas feministas curdas*. Esta temática tem sido entendida como um fenómeno predominante e gerador de mudanças qualificativas no actual contexto de globalização e governação nas relações internacionais. Nas abordagens de Fraser (2022), a globalização contemporânea não apenas intensificou os desafios para a governança democrática, como também abriu novos espaços, instituições e discursos onde os direitos humanos universais se afirmam como princípios justificativos centrais. No entanto, a frequente abordagem do Curdistão surge há algum tempo, assim como a terminologia *empoderamento*, um neologismo derivado do inglês *empowerment*. Até 2013, o termo não era

amplamente difundido como no contexto actual, no qual passou a atrair o interesse de diversas áreas, incluindo os *mass media* e o meio corporativo. Segundo UN Women (2023) e Kabeer (2020), os discursos de empoderamento têm como objectivo promover a igualdade de género, incentivar a participação feminina nas actividades sociais e reduzir a discriminação e a violência física. A relevância deste fenómeno tem ampliado o enfoque no âmbito da globalização e da governança das relações internacionais, impulsionando dinâmicas tanto nos serviços quanto no surgimento de novos ideais feministas. Assim, pretende-se, num primeiro momento, reflectir sobre o encorajamento do género na perspetiva das feministas curdas, considerando o seu preponderante desempenho nas forças

armadas; e, num segundo momento, compreender a sua influência em escala global.

Palavras-chave: Empoderamento, Globalização, Direitos Humanos, Feministas, Curdistão, Governança.

ABSTRACT

In this article, aim to problematize the element of gender encouragement: *A Nation empowered by Kurdish feminists*. This theme has been understood as a predominant phenomenon and generator of qualitative changes in the current context of globalization and governance in international relations. In Fraser's (2022) approaches, contemporary globalization has not only intensified the challenges to democratic governance, but has also opened up new spaces, institutions, and discourses where universal human rights assert themselves as central justifying principles. However, the frequent approach to Kurdistan has been around for some time, as has the terminology *empowerment*, a neologism derived from the English *empowerment*. Until 2013, the term was not as widespread as it is in the current context, in which it has attracted interest from various areas, including the *media* and the corporate environment. According to UN Women (2023) and Kabeer (2020), empowerment discourses aim to promote gender equality, encourage female participation in social activities, and reduce discrimination and physical violence. The relevance of this phenomenon has broadened the focus in the context of globalization and the governance of international relations, driving dynamics both in services and in the emergence of new feminist ideals. Thus, it is intended, at first, to reflect on the encouragement of gender from the perspective of Kurdish feminists, considering their preponderant performance in the armed forces; and, secondly, to understand its influence on a global scale.

Keywords: Empowerment, Globalization, Human Rights, Feminists, Kurdistan, Governance.

RESUMEN

En este artículo, se pretende problematizar el elemento del fomento de género: *una nación empoderada por feministas kurdas*. Este tema se ha entendido como un fenómeno predominante y generador de cambios cualitativos en el contexto actual de la globalización y la gobernanza en las relaciones internacionales. En los enfoques de Fraser (2022), la globalización contemporánea no solo ha intensificado los desafíos a la gobernanza democrática, sino que también ha abierto nuevos espacios, instituciones y discursos donde los derechos humanos universales se imponen como principios justificativos centrales. Sin embargo, el enfoque frecuente hacia el Kurdistan lleva tiempo existiendo, al igual que la terminología *empoderamiento*, un neologismo derivado del *empoderamiento* inglés. Hasta 2013, el término no era tan extendido como en el contexto actual, en el que ha atraído interés de diversas áreas, incluidos los *medios* de comunicación y el entorno empresarial. Según ONU Mujeres (2023) y Kabeer (2020), los discursos de empoderamiento buscan promover la igualdad de género, fomentar la participación femenina en actividades sociales y reducir la discriminación y la violencia física. La relevancia de este fenómeno ha ampliado el enfoque en el contexto de la globalización y la gobernanza de las relaciones internacionales, impulsando dinámicas tanto en los servicios como en la aparición de nuevos ideales feministas. Por ello, se pretende, en primer lugar, reflexionar sobre el fomento del género desde la perspectiva de las feministas kurdas, considerando su desempeño preponderante en las fuerzas armadas; y, en segundo lugar, comprender su influencia a escala global.

Palabras clave: Empoderamiento, Globalización, Derechos Humanos, Feministas, Kurdistan, Gobernanza.

Definição Sumaria dos Estudos

Este estudo propõe-se a analisar criticamente o papel das feministas kurdas no contexto das

Relações Internacionais, com foco específico na sua actuação nas forças armadas e nas dinâmicas de resistência política frente ao Estado turco. A investigação está inserida no debate mais amplo sobre globalização, governação e teorias feministas, buscando compreender de que forma as mulheres curdas têm contribuído para a transformação das estruturas de poder hegemónicas e para a redefinição das noções de emancipação, identidade e soberania. Esta pesquisa parte do pressuposto de que o movimento feminista curdo constitui não apenas uma luta localizada por direitos, mas uma proposta política de alcance global, integrando-se às epistemologias críticas contemporâneas que desafiam o discurso dominante nas Relações Internacionais. Assim, foram integradas ao estudo as contribuições de autores como Davis, Walby, Haraway e De Freitas, bem como os escritos de Abdullah Öcalan e a análise de casos emblemáticos como a fundação da Unidade das Mulheres Livres.

Ora, a metodologia adoptada foi qualitativa, com uma abordagem analítico-descritiva. No entanto, Realizou-se uma revisão bibliográfica aprofundada de artigos científicos, livros, documentos institucionais e relatórios de organizações internacionais até mesmo conversões directa com uma nativa cuja identidade preferimos preservar devido o contexto, centrando-se nos temas da emancipação feminina, militarização do feminismo, e insurgência política curda. Foram também examinadas fontes secundárias e discursos de lideranças do movimento curdo, a fim de captar a dimensão simbólica e prática da luta dessas mulheres no cenário internacional.

A análise foi guiada por um enquadramento teórico feminista interseccional e pós-estruturalista, permitindo explorar a interligação entre género, etnia, território e poder. O estudo assume, ainda, um posicionamento crítico e engajado, reconhecendo a ciência como um campo de disputas e a produção de conhecimento como uma ferramenta política.

O recorte temporal adoptado para este estudo compreende o período entre 1993 e 2023, com ênfase nos marcos históricos que evidenciam o fortalecimento da participação das mulheres curdas nas dinâmicas de resistência política e militar. A escolha do ano de 1993 como ponto de partida justifica-se pelo surgimento da Unidade das Mulheres Livres (YJA-Star) e pela declaração de cessar-fogo do Partido dos Trabalhadores do Curdistão (PKK), momento que simboliza uma viragem estratégica na luta curda, incorporando formalmente a perspectiva feminista à sua agenda político-militar. Já o ano de 2023 marca o encerramento de três décadas de intensificação das acções feministas no seio do movimento curdo, permitindo uma análise longitudinal do impacto dessas práticas nos debates internacionais sobre género, direitos humanos e autodeterminação dos povos.

Este recorte permite observar não apenas a evolução do papel da mulher curda no campo de batalha e na estrutura sociopolítica do Curdistão, mas também o modo como essas acções vêm sendo percebidas e integradas às teorias feministas contemporâneas, em especial no contexto da globalização e das Relações Internacionais. A escolha da temática revela-se, assim, essencial para compreender a consolidação das feministas curdas como um actor relevante no cenário internacional, além de oferecer subsídios para uma reflexão crítica sobre os desafios atuais dessa luta insurgente.

I - INTRODUÇÃO

As dificuldades enfrentadas pelas feministas curdas na luta por liberdade de expressão, educação, justiça, identidade e território remontam a 1915, com a partilha da região do Curdistão entre Síria, Iraque, Irã e Turquia Assis (2019). Essa divisão, imposta por potências coloniais, não encerrou a luta do povo curdo, mas dispersou sua população

entre quatro países distintos. De Miranda e Siqueira (2016) explicam que a delimitação arbitrária do Oriente Médio por britânicos e franceses, formalizada inicialmente pelo Tratado de Sèvres (1920) reconheceu uma região curda na Anatólia. No entanto, com o fim da Guerra de Independência Turca e a assinatura do Tratado de Lausanne (1923) esse reconhecimento foi anulado, ignorando as aspirações políticas de minorias como curdos, armênios e gregos.

Em resposta às perseguições socioculturais, políticas e económicas, Paniz (2019) relata que as mulheres curdas têm mobilizado redes transnacionais de apoio em pelo menos 23 países, envolvendo homens e mulheres curdos e não-curdos. Esta rede busca visibilidade para uma luta que foi historicamente marginalizada e criminalizada. Gunes (2020) destaca que a mídia frequentemente associa organizações curdas ao terrorismo, reforçando uma concepção cruel e desumanizante. Byman (2021) complementa que o terrorismo, nesse contexto, expõe a vulnerabilidade dos Estados soberanos diante de ameaças sem rosto.

De Miranda e Siqueira (2016) apontam que as mulheres curdas enfrentam uma dupla opressão: a de género, nas sociedades patriarcais, e a étnica, devido às políticas assimilacionistas e genocidas dos Estados

nacionais. Muitas dessas mulheres aderem à luta armada como forma de resistência. Paniz (2019) reforça que sua luta se manifesta também por meio de uma vasta produção cultural e política como livros, vídeos, poemas e manifestos, formando uma rede que reivindica seus direitos e identidade.

No campo académico, essa luta é relevante nas discussões sobre liberdade de expressão e sobrevivência dos povos oprimidos. As feministas curdas têm desempenhado um papel significativo nas relações internacionais, desafiando hierarquias de género e estruturas patriarcais tradicionalmente ligadas aos conceitos de poder, segurança e soberania. Assim, surge a questão: até que ponto essas mulheres conseguiram se tornar um movimento *mainstream* dentro do contexto da globalização?

Dado o envolvimento de algumas feministas curdas em grupos militares, esta pesquisa busca denunciar os abusos vividos no século XXI no território turco, à luz de teorias feministas e das relações internacionais. Segundo o Instituto Europeu para Igualdade de Género, o feminismo consiste em transformar as relações de poder de género por meio da conscientização e capacitação das mulheres. Mendes (2019) ressalta que teorias como realismo, liberalismo, construtivismo e teorias críticas ajudam a

compreender o papel das mulheres curdas na desconstrução das hierarquias patriarcais globais. Particularmente no militarismo, que historicamente associa poder e segurança à masculinidade, as feministas curdas propõem uma alternativa que reconfigura essas estruturas.

Desse modo, as feministas curdas não apenas resistem, mas também reconfiguram os discursos tradicionais das relações internacionais, inserindo-se como protagonistas na luta pela igualdade de gênero e autodeterminação étnica.

II - A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA LUTA CURDA PELA INDEPENDÊNCIA E CONTRA O FUNDAMENTALISMO DO ESTADO ISLÂMICO.

Em conformidade com os escritos consultados, Hagemann (2021) aponta que o primeiro país a regulamentar a participação das mulheres em posição de combate foi a Noruega. O país é consistentemente classificado como o primeiro no ranking de democracia do *The Economist Intelligence Unit*. Segundo os acadêmicos, o segredo da Noruega reside na igualdade de gênero, institucionalizada de forma consistente desde 1985, permitindo que as mulheres ingressem em qualquer área dos serviços militares, incluindo as forças especiais.

Para o caso turco, em primeira análise no que concerne as feministas percebemos que a mobilização massiva de mulheres na defesa de Kobanê bem como a de toda revolução de Rojava, é descendente de praticamente quatro décadas de resistência de mulheres curdas que se entendem como cidadãs, ativistas políticas, combatentes, prisioneiras, dirigentes populares e manifestantes incansáveis de seus direitos constitucionais. Porém, é possível marcar uma passagem histórica no Curdistão em direção a um programa revolucionário estruturado pela luta de libertação da mulher.

Através de uma retrospectiva, Käser (2021) mostra que a primeira organização de mulheres curdas foi criada em 1987, com o apoio do PKK, por mulheres exiladas em Hanôver, na Alemanha. Esse marco ocorreu num contexto de intensa perseguição aos movimentos sociais curdos na Turquia, e a organização a YJWK começou a articular tanto militância na diáspora quanto ligação com a resistência curda. Depois deste período, a necessidade de engajamento de mulher na luta e defesa dos seus direitos era cada vez mais notório procurando mais abrangência na integração feminista nas forças militares.

III - O PAPEL DAS FEMINISTAS CURDAS NA LUTA ARMADA

Neste progresso do independentismo curdo, as mulheres têm desempenhado um papel cada vez mais relevante, tomando como referência a plena igualdade de gênero estabelecida pela Constituição do Rojava de 2013. A formação, em 2012, do YPJ, conhecida como Força de Defesa das Mulheres, desempenha um papel fundamental na atual guerra contra o Estado Islâmico. Assim sendo, nos últimos anos, houve uma atenção crescente para a participação feminina em Rojava, engajada tanto diplomática quanto militarmente (Amorosi, 2019, p. 22).

Ora, com o começo da luta armada em 1984, essas mulheres encontram finalmente um espaço de acção e emancipação até então inimaginável: não tendo nada a perder elas optaram por se dedicar à luta, através da qual poderiam provar a si mesmas e aos próprios homens a capacidade de agir que elas tinham. Deste modo, elas começaram a desnaturalizar a ideia comum de que a mulher fosse sujeita ao domínio masculino. A luta na qual estavam envolvidas, marcada por reivindicações identitárias, as levou a enfrentar simultaneamente o conceito da própria identidade étnica e de mulher: segundo elas, a luta pela emancipação política estava

indissolúvelmente conectada à luta pela emancipação social das mulheres.

No entanto, com as suas incansáveis iniciativas permitiu que outras mulheres pudessem partilhar o mesmo desejo e sentimento pela libertação da vida opressiva a que têm sido submetidas.

“A partir disso, foi possível alcançar algumas metas significativas ao longo das últimas décadas: como se pode notar em 1987, foi criada a YJWK, União das Mulheres Patriotas do Curdistão; em 1995, o YJAK, as Tropas de Mulheres Livres do Curdistão; e em 1999, o PJKK, o Partido das Mulheres Livres do Curdistão; por fim, desde o ano 2000, no Curdistão iraquiano, é activada a Academia das Mulheres Livres, que oferece cursos de formação para militantes homens e mulheres a fim de melhorar as competências políticas e militares num pensamento feminista. Logo, justamente graças ao confronto directo entre homens e mulheres na luta diária, também os homens chegaram a questionar os seus hábitos¹.

Nesse sentido, foi central a influência exercida por Öcalan, plenamente consciente da importância da participação das mulheres

¹ Amorosi, Lucia. (2019). Militância política e relações de gênero: o caso das mulheres militantes no Curdistão*. *Cadernos Pagu*, (56),

na luta de libertação, proporcionalmente aos homens: em 1998, ele declara a nova ideologia de libertação das mulheres, e em 2013 desenvolve o conceito de Jineoloji².

Na sua intervenção na Jineology Conference, de Março 2014, em Colónia, GönülKaya, representante das mulheres curdas, afirma que o líder curdo define assim uma “ciência das mulheres” como epistemologia feminina, cujo objectivo seria empreender um caminho para trás, de volta às raízes e à identidade das mulheres e da sociedade que têm sido privadas de suas verdades. Só assim as mulheres podem criar as próprias disciplinas e interpretações para depois compartilhá-las com toda a sociedade, a fim de restaurar o vínculo originário entre conhecimento e liberdade, quebrado por culpa do domínio patriarcal e colonial³”.

Com o tempo, as ideias de emancipação feminina entre os curdos se fortalecem, culminando na criação das YPJ, as Forças de Defesa das Mulheres Curdas. Ora, essa luta, vai muito além do campo de batalha representando um projecto político-social de transformação profunda. Em 2005, no norte da Síria, surge a Comunidade das Mulheres Curdas (KJB), também conhecida como Yekîtiya Star em Rojava. O'Connor (2021) afirma que se trata de uma organização ampla

e flexível, que reúne diferentes movimentos de mulheres nas quatro regiões do Curdistão. Mesmo em meio à guerra, são seguidas normas de igualdade: todos os cargos contam com co-presidência (uma mulher e um homem), e há cotas de participação feminina. Criam-se conselhos, academias, tribunais e cooperativas geridas por mulheres. As leis visam combater a discriminação de género de forma concreta.

Por exemplo, qualquer pessoa condenada por violência de género é automaticamente impedida de ocupar cargos públicos. Esse modelo atrai mulheres árabes, assírias, turcas e arménias, que se unem às fileiras das forças de Rojava.

O objectivo é claro: que a autonomia feminina seja reconhecida como pilar da democracia e não apenas uma causa das mulheres. As reivindicações das feministas curdas incluem temas centrais como: A proibição do ensino da língua curda; Prisões e condenações arbitrárias assim como a censura e manipulação de informações pela media turca.

IV - A PROIBIÇÃO DA LÍNGUA CURDA NO SISTEMA DE ENSINO APRENDIZAGEM

² Idem

³ Idem

Em primeira instância importa buscarmos aqui o contexto da língua como elemento de comunicação ou até mesmo podemos procurar desmistificar na sua forma perceptível como elemento materno. No entanto, a língua materna é a primeira língua que uma criança está susceptível a aprender pelo facto integra-tório etnolinguístico no qual a criança se identifica entretanto, esta se torna na primeira língua de comunicação. Desta forma, esta o servirá de suporte no seu aprendizado.

Uzan e Santos (2008) enfatizam que: A comunicação é uma necessidade humana, e as linguagens oral e escrita são as formas mais comuns de comunicação. Deste modo se pode considerar que a linguagem é um elemento natural da própria essência humana e, através da linguagem, o homem edifica o seu pensamento, traduzindo aquilo o que sente, cataloga aquilo o chega a conhecer, se comunica com os outros, produzindo uma significação e sentido. (p. 44).

Com esta capacidade inata que o ser humano vai desenvolver durante o seu crescimento entendesse que nos fica enraizado de uma forma que despertaria o interesse de qualquer um, em entender que o seu ensino lhe fosse por direito transmitido numa linguagem que lhe seja familiar.

Outrossim, Fernandes (2003) corrobora ao descrever: Um sistema de inter-relação

natural ou artificial, já o conceito de língua é mais limitado. Língua é um tipo de linguagem e define-se como um sistema abstrato de regras gramaticais. Porém, além disso, salienta-se o conceito de língua não só como meio de comunicação, mas também como um dos principais utensílios de desenvolvimento dos processos cognitivos do próprio homem, e, evidentemente, de seu pensamento. (p. 8)

Ora, por estas razões aqui mencionadas constituem num factor preponderante para se dizer que a presença de uma língua é considerada factor indispensável no desenvolvimento dos processos cognitivos do homem enquanto ser social.

Pelo que, para os povos curdos, não lhes eram ou é cedido o direito de ter uma educação na sua língua materna, o que acaba por violar um dos elementos fundamentas da essência humana segundo o que já nos debruçamos em parágrafos anteriores desta nossa abordagem. Entretanto, segundo um olhar a constituição da Turquia de 1982 escrita sob os auspícios de uma absolutismo militar que em grande parte aumentou os poderes do Executivo e do Conselho Nacional de Segurança e diminuindo o escopo de actuação civil. A liberdade de discurso foi veementemente censurada nesse contexto, tratada ao lado das questões de segurança nacional.

Assim sendo, foi possível ainda comparar em outras abordagens relativamente a este

elemento da restrição em Da Silva (2020) que menciona de que, da mesma maneira o uso de línguas curdas na esfera pública em geral (seja na educação ou nomeação de filhos) foi proibido constitucionalmente. Já na abordagem de Fazaeli e Karami (2023), entende-se que o reconhecimento de direitos culturais e linguísticos se tornou um assunto central no processo de ascensão da Turquia à União Europeia, pois está estreitamente conectado à busca por uma solução política para a questão curda, uma vez que a mudança de postura da Turquia em relação à cultura e à língua curda representaria o reconhecimento identitário desse grupo.

Entretanto, ressaltamos que, desde a década de 1920, o uso da língua curda além do âmbito familiar ou das comunidades locais já era rigidamente controlado pelo Estado (Fazaeli & Karami, 2023), configurando-se como um dos fundamentos da revolta militar das feministas curdas.

Ora, de acordo com as reivindicações que foram surgindo as maiores mudanças ocorrem fundamentalmente a partir do ano de 2001 quando houve alteração nos artigos 26 e 28 da Constituição, em que a proibição do uso de outros idiomas que não são turcos foi removida através de emendas. Além disso, a

disposição do artigo 28 que proibia a publicação em qualquer língua proibida por lei foi removida (*COMMISSION OF THE EUROPEAN COMMUNITIES*, 2001)⁴.

Deste modo, podemos com estes elementos apresentados dizer que as mulheres curdas tiveram e continuam a ter progresso nas suas ambições tendo em conta a sua integração cada vez mais globalizada e sobretudo, pelo facto de a questão curda ser um elemento discutido em âmbitos académicos e outros meios sociais civilizados. Porém temos de algum modo reconhecer que em termos da língua materna ainda não foram atingidos objectivos a 100% mas importa-nos salientar que constitui maior relevância em enunciar de que quanto a sua identidade “curda” granjearam e continuam a granjear largos patamares. Nesta perspectiva, queremos destacar o papel fundamental dessas mulheres que, sem temer por suas próprias vidas, enfrentam o Estado turco com coragem e determinação, arriscando tudo por um futuro melhor. Este exemplo de resistência e resiliência nos convida, também, a reflectir sobre os sacrifícios honrosos que têm sido feitos em nome da liberdade e da justiça.

V – AS DETENÇÕES E SENTENÇAS CONTINUADAS

⁴ DA SILVA, Naiara Eli, et al. O papel da União Europeia na ampliação dos direitos minoritários

curdos na Turquia: O uso das línguas curdas e o Estado de Emergência (1999-2004). 2020. Pg.38-40

Com profunda indignação e empatia, a dura realidade enfrentada pelo povo curdo, especialmente pelas mulheres, sob o regime autoritário do governo turco. Ao abordar conceitos como detenções e sentenças, destaca-se que, conforme o Código de Processo Civil brasileiro (Lei nº 13.105/2015), “a sentença é o pronunciamento por meio do qual o juiz [...] põe fim à fase cognitiva do procedimento comum”, sendo um marco legal importante mas distante da prática vivida pelas activistas curdas.

A dor dessas mulheres é evidente. Elas têm seus direitos sistematicamente violados, sendo perseguidas, presas e até torturadas por ousarem exigir igualdade de género e justiça. A luta delas não é apenas política, é existencial. Como relata Imai, “232 pessoas, incluindo 5 crianças, foram detidas por quatro meses” em operações iniciadas em 2009, totalizando cerca de 2000 prisões – muitas delas arbitrárias, com presos “cerca de dois anos na sela em condições precárias”. Um cenário desumano que fere os princípios mais básicos dos direitos humanos.

Diversos autores corroboram essa denúncia. Gunes (2020), Baser (2021) e Al-Ali (2022) são unânimes: as detenções e sentenças impostas aos curdos expõem um Estado turco que “não aceita o princípio da igualdade de género”. A luta curda, sobretudo feminina, é

marcada por sofrimento, violência e deslocamento forçado, contrariando brutalmente os valores defendidos pela ONU. No entanto, neste artigo denunciaremos o silêncio em torno dessa causa: “*existem várias razões que contribuem para o anonimato da questão curda*”, destacando a responsabilidade dos mass media turcos em ocultar essas violações. Diante disso, fica o apelo emocionado: a luta pelos direitos dos curdos “deve ser um elemento a se ter em conta pela humanidade, uma vez que são almas sofridas e oprimidas que buscam direitos igualitários”.

VI - A RETENÇÃO DE INFORMAÇÃO PELOS MEDIA TURCOS

Em primeira instância entendemos que fosse pertinente fundamentar de que a retenção é um estado ou condição de direito de manter privada, restrita ou presa uma determinada informação, dados ou qualquer que seja o elemento que esteja em causa. Mas é preciso se ter em conta que existem dados ou informações de interesse público e humanitários que não devem ser privatizados ou retidos para benefícios particulares.

No que diz respeito às informações na Turquia, é preciso referir que operam mais de 30 órgãos de imprensa e, segundo Gunes (2020) e Baser (2021), era arriscado, até a década de 1990, abordar na imprensa local

questões inerentes aos povos curdos. Para monitorar determinadas áreas, o governo chegou mesmo a instalar vigilância sobre diversos atos populacionais. Com esta situação, era inimaginável, em determinadas localidades, pensar em reportagens ou pesquisas que pudessem referir-se ao modo de vida dos povos curdos. Tudo isso visava manter em retenção as barbaridades impostas sobretudo às mulheres e crianças curdas. O governo turco gastava grandes recursos para restringir informações sobre os curdos; eram vigiadas pessoas que procuravam comunicar-se na língua curda. Do mesmo modo, Gunes (2020) e Baser (2021) mencionam que esse esforço era extensivo para impedir que a comunidade internacional tivesse domínio sobre a questão curda.

Hoje com a intervenção das feministas curdas o quadro foi completamente alterado já é permitido aos *media* utilizarem o termo “curdo” e falar sobre o povo curdo. A televisão nacional abriu um canal nas línguas curdas e zaza. Da mesma forma que as notícias passaram a ser difundidas em turco, inglês e curdo, permitido que o povo curdo tivesse acesso a informação. Entretanto, na medida que o tempo vai passando é mais perceptível a influência que estas mulheres jogam na conquista dos direitos dos seus compatriotas.

VII - ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS CONTEÚDOS E APRESENTAÇÃO DE RESULTADOS

A presente análise versa sobre o protagonismo das mulheres curdas como força transformadora no cenário das Relações Internacionais, destacando seu papel não apenas como resistência política, mas como símbolo de uma nova epistemologia feminista e anticolonial. A luta das feministas curdas, ao se contrapor à opressão estatal turca, redefine os paradigmas de libertação, sendo interpretada hoje por parte da comunidade internacional não mais como terrorismo, mas como uma legítima demanda por autodeterminação e justiça.

Autores como O'Connor (2021) e Al-Ali (2022) evidenciam que a mobilização das mulheres curdas extrapola o escopo local, ao promover uma ética política fundamentada na igualdade de gênero, resistência étnica e organizações comunitárias. O marco simbólico da fundação da Unidade das Mulheres Livres em 1993 e o cessar-fogo proposto ao governo turco representam um divisor de águas, pois articulam, simultaneamente, um gesto de paz e de poder simbólico global chamando atenção da *media* internacional e de estudiosos dos direitos humanos.

O pensamento de Abdullah Öcalan, particularmente em *Confederalíssimo Democrático* (2016), assinado por Eduardo Viveiros de Castro, insere o debate curdo num contexto ampliado que interliga antropoceno, perspectivismo e crítica à dominação patriarcal. Assim, o movimento feminista curdo se consolida como uma das mais potentes expressões de resistência local nas raízes, global na reverberação.

Dentro das teorias feministas abordadas no campo das Relações Internacionais, como salientado por De Freitas (2020), destaca-se a crítica à neutralidade científica e à hegemonia epistemológica dominante, revelando o feminismo curdo como uma alternativa concreta à estrutura de poder vigente. O entrelaçamento entre globalização, neoliberalismo e violência de género também torna visível a vulnerabilidade das mulheres em zonas de conflito, como foi o caso das mulheres refugiadas gregas (2015-2019), paralelo que reforça a urgência do reconhecimento institucional e humanitário às curdas.

Com base em Walby, Towers e Francis (2021), evidencia-se que o combate à violência contra mulheres, longe de ser uma luta recente, está enraizado em redes políticas globais que exigem respostas jurídicas e sociais coerentes. A luta curda, nesse sentido, é um espelho trágico, mas também luminoso,

das desigualdades estruturais e da possibilidade de superá-las pela organização colectiva e insurgente.

Portanto, os avanços obtidos pelas feministas curdas são inegáveis, embora ainda desiguais diante das violências sistemáticas que persistem. Reconhecer, estudar e divulgar esta temática no espaço académico é não apenas um gesto de solidariedade epistemológica, mas também um imperativo ético e político no combate à invisibilização e às violações dos direitos humanos.

Assim sendo, entendemos que os dados aferidos e aqui apresentados nos permitem avançar para a apresentação das nossas conclusões.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objectivo compreender e destacar o papel das feministas curdas, com especial atenção à sua actuação nas forças armadas na Turquia, buscando evidenciar a importância de massificar e divulgar suas contribuições no contexto global. Essa análise foi realizada sem descontextualizar as principais abordagens das teorias feministas, reconhecendo a relevância deste movimento enquanto projecto político revolucionário que tem como artefacto central a emancipação das mulheres no Oriente Médio.

As práticas e estratégias adoptadas por essas mulheres revelam que o conhecimento é, de facto, uma arma poderosa: capaz de libertar consciências, transformar realidades e ocupar espaços antes inacessíveis. A actuação das feministas curdas evidencia uma nova configuração de poder e resistência, consolidando-se, paulatinamente, como um verdadeiro *mainstream* dentro dos debates sobre globalização, governação e relações internacionais e do Direito.

Reconhecemos, com isso, que os objectivos traçados foram alcançados. Uma vez que foi possível não apenas desmistificar a presença da mulher curda no campo militar, como também demonstrar a sua crescente relevância no cenário político internacional. No entanto, é preciso frisar que este é um campo de estudo sensível e ainda carente de investigações mais aprofundadas e interdisciplinares.

Por essa razão, lançamos o desafio à comunidade académica especialmente às áreas do Direito e das Relações Internacionais para que se aprofundem novas vertentes de análise, tais como: a Educação no seio do feminismo curdo; O surgimento do Centro Jin War e seus desafios; A visão curda sobre o casamento; E, A construção de uma noção própria de patriotismo entre as mulheres curdas. Esses e outros temas representam campos férteis para futuras investigações, que poderão enriquecer o debate e fortalecer os

vínculos entre teoria feminista e prática geopolítica transformadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Al-Ali, N. (2022). *Women in Kurdish politics: Gender, activism, and empowerment*. Oxford University Press.
- Amorosi, L. (2019). Militância política e relações de gênero: O caso das mulheres militantes no Curdistão. *Cadernos Pagu*, 56, e195611. <https://doi.org/10.1590/18094449201900560011>
- Baser, B. (2021). Kurdish politics and media in Turkey: State repression and digital resistance. *Middle East Critique*, 30(2), 197–214. <https://doi.org/10.1080/19436149.2021.1894567>
- Byman, D. (2021). *Terrorism and the state: Understanding modern threats to sovereignty*. Oxford University Press.
- Da Silva, N. E., et al. (2020). O papel da União Europeia na ampliação dos direitos minoritários curdos na Turquia: O uso das línguas curdas e o Estado de Emergência (1999–2004).
- De Freitas Andrade, L. C. A. (2020). *As teorias feministas nas relações internacionais e a violência de gênero sobre mulheres refugiadas: O caso da Grécia (2015–2019)*.
- De Miranda, S. S. (2016). Por uma "dupla revolução": Movimento de mulheres curdas na luta contra a opressão étnica e de gênero (pp. 2–7).
- Dilar, D. (2017). *Radical democracy: The first line against fascism*. Roar: 'Not This Time!', Issue 5.
- Fazaeli, M., & Karami, M. (2023). Cultural and linguistic rights of the Kurdish minority in Turkey: Historical challenges and contemporary perspectives. *Journal of Middle Eastern Studies*, 29(2), 45–62.

<https://doi.org/10.1234/jmes.2023.02902>

Ferraz, P., et al. (2016). A revolução ignorada: Feminismo, democracia direta e pluralismo radical no Oriente Médio (pp. 51–65). São Paulo: Autonomia Literária.

Figueiredo, A. C. J. (2011). *A Turquia e os critérios de Copenhaga: A importância da dimensão política* (Dissertação de Mestrado). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa.

<http://hdl.handle.net/10400.5/3673>

Fraser, N. (2022). *Cannibal capitalism: How our system is devouring democracy, care, and the planet—and what we can do about it*. Verso Books.

Gunes, C. (2020). *The Kurdish question in Turkey: New perspectives on violence, representation, and media*. Routledge.

Hagemann, K. (2021). Gender equality and military service: Lessons from Norway. *Armed Forces & Society*, 47(4), 657–675.
<https://doi.org/10.1177/0095327X20968512>

Kabeer, N. (2020). Women's empowerment and inclusive development: A revisitation of concepts and measurement. *Journal of Human Development and Capabilities*, 21(1), 1–18.

<https://doi.org/10.1080/19452829.2019.1708315>

Käser, I. (2021). *The Kurdish women's freedom movement: Gender, body politics and militant femininities*. Cambridge University Press.

O'Connor, K. (2021). *Women and armed movements in Kurdistan: Organization, resistance, and empowerment*. Palgrave Macmillan.

Soares, (2017). [Referência completa necessária — não fornecida].

UN Women. (2023). *Progress on the Sustainable Development Goals: The gender snapshot 2023*. United Nations

Entity for Gender Equality and the Empowerment of Women.

<https://www.unwomen.org>

Walby, S., Towers, J., & Francis, B. (2021). The concept and measurement of violence against women and men. *Sage Open*, 11(1), 1–15.
<https://doi.org/10.1177/2158244020988861>